



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 7/2013:

Cria o Instituto Geológico-Mineiro, revoga o Decreto n.º 17/2005, de 24 de Julho, e extingue o Fundo de Fomento Mineiro.

Resolução n.º 9/2013:

Aprova os termos do Contrato Mineiro, para a Mina de Carvão de Moatize, a celebrar com a Empresa Minas de Moatize, Lda.

Resolução n.º 10/2013:

Aprova os termos do Contrato Mineiro, para a Mina de Carvão de Revúboê, a celebrar com a Empresa Minas de Revúboê, Lda.

Resolução n.º 11/2013:

Determina a adesão da República de Moçambique à Convenção Relativa às Exposições Internacionais, assinada em Paris, França, em 22 de Novembro de 1928, e respectivos Protocolos de 10 de Maio de 1948, de 16 de Novembro de 1966 e de 30 de Novembro de 1972, e emendada pelos Protocolos de 24 de Junho de 1982 e de 31 de Maio de 1988.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 7/2013

de 4 de Abril

Havendo necessidade de responder à dinâmica e crescimento do sector geológico-mineiro, relativamente à investigação, desenvolvimento técnico e tecnológico, disseminação de técnicas de prospecção e pesquisa, exploração, processamento, desenvolvimento de recursos humanos, bem como contribuir

de transformação de recursos mineiros, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do Artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

ARTIGO 1

Criação e Natureza

É criado o Instituto Geológico-Mineiro abreviadamente designado por IGM, instituição pública dotada de personalidade jurídica, autonomia técnico-científica e administrativa.

ARTIGO 2

Sede e Âmbito

O IGM é uma instituição de âmbito nacional, com sede na cidade de Maputo, podendo abrir delegações ou qualquer outra forma de representação, em território nacional, mediante aprovação do Ministro de tutela ouvido o Ministro das Finanças.

ARTIGO 3

Tutela

1. O IGM é tutelado pelo Ministro dos Recursos Minerais.
2. A tutela sectorial compreende a tutela integrativa, inspectiva e sancionatória.
3. A tutela e a superintendência, no domínio financeiro, são exercidas pelo Ministro das Finanças.

ARTIGO 4

Atribuições

São atribuições do IGM:

- a) realizar actividades de prospecção e pesquisa e identificação de recursos minerais no território nacional;
- b) investigar e disseminar tecnologias que adicionem valor aos recursos minerais de forma sustentável;
- c) impulsionar e realizar acções de investigação, formação e capacitação técnico-científica;
- d) promover a exploração mineira, prestar serviços e assistência técnica e tecnológica às entidades públicas e privadas, no domínio geológico-mineiro.

ARTIGO 5

Competências

São competências do IGM, nomeadamente:

- a) desenvolver e realizar investigação e pesquisa geológica

- b) promover e realizar estudos, desenvolvimento e transferência de tecnologias, bem como publicar e difundir os respectivos resultados;
- c) conceber e disseminar tecnologias de extracção e processamento mineiro, com particular incidência para a exploração mineira de pequena escala e artesanal;
- d) apoiar a exploração mineira de pequena escala e artesanal e desenvolver acções de mitigação dos impactos negativos causados por esta actividade;
- e) prestar apoio e serviços a qualquer organismo do Estado, na área geológico mineira;
- f) impulsionar o estabelecimento e expansão de indústrias na área geológico-mineira;
- g) promover e desenvolver tecnologias de processamento mineiro eficientes e sustentáveis, tendo em vista a necessidade de adicionar valor aos produtos minerais;
- h) prestar serviços e assistência técnica e tecnológica, bem como apoiar a actividade inspectiva no domínio geológico-mineiro;
- i) realizar e colaborar em programas de formação e capacitação na área geológico-mineira;
- j) criar infra-estruturas com vista a prossecução das suas atribuições;
- k) realizar análises laboratoriais, classificar, avaliar e certificar produtos minerais;
- l) cooperar com entidades nacionais, regionais e internacionais nos domínios de informação e investigação técnico-científica, na área geológico-mineira;
- m) adquirir participações em instituições que prossigam objectivos similares aos do IGM, mediante autorização do Ministro que superintende a área das finanças, ouvido o Ministro de tutela;
- n) propor e participar na definição de políticas relativas ao conhecimento, preservação, aproveitamento e valorização dos recursos minerais;
- o) participar na elaboração de normas de pesquisa e cálculo de reservas;
- p) desenvolver outras actividades no âmbito das suas atribuições.

ARTIGO 6

Órgãos

1. São órgãos do IGM:

- a) Direcção Geral;
- b) Conselho de Direcção;
- c) Conselho Científico; e
- d) Conselho Fiscal.

2. A Direcção Geral é composta por um Director-Geral e dois Directores-Gerais Adjuntos, que exercem as suas funções a tempo inteiro e em regime de exclusividade.

ARTIGO 7

Nomeação

1. O Director-Geral e os Directores-Gerais Adjuntos são nomeados pelo Primeiro-Ministro.

2. Os membros do Conselho Fiscal são nomeados pelo Ministro

ARTIGO 8

Receitas e Despesas

1. Constituem receitas do IGM:

- a) 10% das receitas provenientes do imposto sobre a produção, e sobre a superfície no âmbito da actividade geológico-mineira;
- b) 40% das receitas provenientes das taxas relativas a quaisquer autorizações para o exercício da actividade mineira, e as devidas pela emissão e modificação de títulos mineiros;
- c) 60% receitas provenientes de multas por infracção à legislação mineira;
- d) 1% das mais-valias aplicadas às transacções de direitos mineiros;
- e) receita proveniente de processamento de dados, prestação e venda de serviços e publicações;
- f) os fundos resultantes do apoio institucional e treinamento previstos nos contratos;
- g) receita proveniente da comparticipação do IGM em parceria público privadas de empreendimentos geológico mineiro;
- h) financiamentos externos e consignados pelo Estado;
- i) oferta financeira no âmbito de concursos para atribuição de títulos mineiros;
- j) as comparticipações, dotações e outros subsídios atribuídos pelo Estado, entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- k) doações, heranças ou legados de que venha a ser beneficiário;
- l) quaisquer outras receitas, rendimentos ou valores que provenham da sua actividade ou que por lei e pelos Estatutos ou contrato lhes sejam atribuídos;
- m) valor resultante da venda dos minerais apreendidos;
- n) os subsídios do Orçamento do Estado.

2. Constituem despesas do IGM:

- a) as despesas resultantes do respectivo funcionamento;
- b) os custos de aquisição, manutenção, operação, conservação dos bens móveis e imóveis ou serviços e outros encargos inerentes ao cumprimento das suas atribuições e competências.

ARTIGO 9

Recursos humanos, materiais e financeiros

1. O Ministro dos Recursos Minerais determinará os recursos humanos do sector a transitarem para o IGM.

2. Transitam para o IGM todos os recursos materiais e financeiros do Fundo do Fomento Mineiro e outros que o Governo assim determinar.

3. Transitam para o IGM todas as participações do Fundo do Fomento Mineiro.

ARTIGO 10

Estatuto Orgânico

Compete ao Ministro dos Recursos Minerais submeter a proposta do Estatuto Orgânico do IGM à aprovação pela Comissão Interministerial da Função Pública, no prazo de 90

ARTIGO 11

Revogação

É revogado o Decreto n.º 17/05, de 24 de Junho e extinto o Fundo do Fomento Mineiro.

ARTIGO 12

Entrada em vigor

O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 26 de Março de 2013.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Alberto Clementino António Vaquina*.

Resolução n.º 9/2013

de 4 de Abril

Tornando-se necessário atribuir direitos para a realização das actividades mineiras, na Mina de Moatize, numa área de 260 hectares, ao abrigo do n.º 1 do artigo 25 da Lei n.º 14/2002, de 26 de Junho, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1. São aprovados os Termos do Contrato Mineiro, para a Mina de Carvão de Moatize, a celebrar com a empresa Minas Moatize, Lda, na qualidade de Concessionário Mineiro.

Art. 2. 1. Nos termos do Contrato Mineiro, o Conselho de Ministros confere ao titular:

- a) O direito exclusivo de realizar actividades mineiras na área da concessão a céu aberto ou através de lavra subterrânea, relativamente ao carvão, minerais associados a partir de um ou mais depósitos de carvão, no subsolo, dentro dos limites da área de contrato;
- b) O direito de mineral, processar, transportar, armazenar e comercializar os produtos minerais nos termos do presente Contrato Mineira.

2. Os direitos conferidos ao Concessionário Mineiro estão sujeitos à legislação aplicável e aos termos e condições estabelecidos no contrato Mineiro.

Art. 3. A Concessão é atribuída por um período inicial de vinte e cinco anos a partir da data efectiva do Contrato Mineiro, sujeita às condições constantes do Plano de Lavra aprovado pelo Governo.

Art. 4. É delega à Ministra que superintende a área dos Recursos Minerais competência para assinar o respectivo Contrato Mineiro em representação do Governo da República de Moçambique.

Art. 5. Compete à Ministra que superintende a área dos Recursos Minerais apreciar e aprovar as matérias a serem submetidas pelo Concessionário Mineiro, nos termos da Concessão e do Contrato Mineiro.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 26 de Março de 2013.

Publique-se.

Resolução n.º 10/2013

de 4 de Abril

Tornando-se necessário atribuir direitos para a realização das actividades mineiras, na Mina de Revúboè, numa área de 3.860 hectares, ao abrigo do n.º 1 do artigo 25 da Lei n.º 14/2002, de 26 de Junho, Lei de Minas, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1. São aprovados os termos do Contrato Mineiro, para a Mina de Carvão de Revúboè, a celebrar com a empresa Minas de Revúboè, Lda na qualidade de Concessionário Mineiro.

Art. 2. 1. Nos termos do Contrato Mineiro, o Conselho de Ministros confere ao titular:

- a) O direito exclusivo de realizar actividades mineiras na área da concessão a céu aberto ou através de lavra subterrânea, relativamente ao carvão, minerais associados a partir de um ou mais depósitos de carvão, no subsolo, dentro dos limites da área de contrato;
- b) O direito de minerar, processar, transportar, armazenar e comercializar os produtos minerais nos termos do presente Contrato Mineira.

2. Os direitos conferidos ao Concessionário Mineiro estão sujeitos à legislação aplicável e aos termos e condições estabelecidos no contrato Mineiro.

Art. 3. A Concessão é atribuída por um período inicial de vinte e cinco anos a partir da data efectiva do Contrato Mineiro, sujeita às condições constantes do Plano de Lavra aprovado pelo Governo.

Art. 4. É delegada ao Ministro dos Recursos Minerais competência para assinar o respectivo Contrato Mineiro em representação do Governo da República de Moçambique.

Art. 5. Compete à Ministra que superintende a área dos Recursos Minerais apreciar e aprovar as matérias a serem submetidas pelo Concessionário Mineiro, nos termos da Concessão e do Contrato Mineiro.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 26 de Março de 2013.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Alberto Clementino António Vaquina*.

Resolução n.º 11/2013

de 4 de Abril

Havendo necessidade de adesão da República de Moçambique à Convenção Relativa às Exposições Internacionais, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1. A adesão da República de Moçambique à Convenção Relativa às Exposições Internacionais, assinada em Paris, França, em 22 de Novembro de 1928, e respectivos Protocolos de 10 de Maio de 1948, de 16 de Novembro de 1966 e de 30 de Novembro de 1972, e emendada pelos Protocolos de 24 de Junho de 1982 e de 31 de Maio de 1988, cujos textos em língua inglesa e respectiva tradução em língua portuguesa em anexo são parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. Os Ministros da Cultura e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação são encarregues de coordenar a adopção de medidas necessárias para a implementação da presente Resolução.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 2 de Abril de 2013.

Publique-se.